

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Relata sua viagem a Brasília.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao meio ambiente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito da necessidade da revitalização das ferrovias; aborda o Projeto de Lei n. 0186/2013.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à questão das ferrovias, também abordada na reunião do Parlasul.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Convida para a audiência pública da comissão de Saúde, em Araranguá, para tratar de UTI neonatal.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Homenageia a terceira mostra do vinho catarinense.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Registra os Jogos de Integração da Udesc.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Faz registro do encontro da Unale; defende as ferrovias catarinenses.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Registra participação em congresso na ONU, na Suíça, onde teve a oportunidade de participar da 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos em Desastres Naturais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Manifesta apoio ao pleito dos pescadores.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra investimentos do governo em todos os municípios catarinenses.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta-se contra a marcha da maconha.

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Manifesta preocupação com as mortes no trânsito.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à micro e pequena empresa de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de fazer o registro da presença dos professores e alunos da Escola de Educação Básica João Silveira, de Palhoça.

Sejam bem-vindos!

Gostaria também de pedir a v.exa. uma retificação ou um esclarecimento. Tomei conhecimento pela imprensa de que haveria uma contratação de assessoria em função daquele trabalho que o deputado Romildo Titon está fazendo do Código do Meio Ambiente. Não sei exatamente do que se trata e também não posso opinar sobre o mérito. Apenas vi que, em algum lugar, teria sido mencionado de que seria da comissão de Meio Ambiente.

Peço que v.exa. esclareça ou retifique, mas certamente irá buscar informações, porque não há nenhuma solicitação da comissão de Meio Ambiente nesse sentido, aliás, esse assunto até entendo que deveria tramitar por lá, mas não está, já que v.exa. criou a comissão junto com o deputado Romildo Titon e portanto não há vinculação com a comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece a honrosa visita dos estudantes e professores da Escola João Silveira, do município da Palhoça.

Peço à assessoria que providencie essas informações, inclusive acerca do que foi divulgado para responder a v.exa. na sequência.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de registrar a presença do secretário de Turismo e Lazer, do município de São Francisco do Sul, sr. Augusto Colin, juntamente com o presidente da Associação dos Surfistas dessa cidade.

Ficamos honrados com suas presenças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra, com muita alegria, a

presença do secretário que nos recebeu muito bem, juntamente com o prefeito Luizera e toda a equipe, por ocasião da Festilha de tradição açoriana. Tive oportunidade de conhecer diversos empreendimentos e sei que v.exa. tem se preocupado bastante com parcerias junto à administração municipal, comandada pelo nosso grande amigo prefeito Luizera.

Precisamos conversar mais sobre isso, porque o nosso próximo desafio, sr. deputado, e já conversarmos com o presidente da Celesc, o querido amigo Cleverson Siewert, é a retirada do posteamento daquela histórica cidade, para fazer toda a fiação subterrânea, em São Francisco do Sul, um grande pleito do nosso prefeito Luiz Roberto de Oliveira e de toda a administração.

Agradeço o registro de v.exa. e as ilustres presenças nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar, em primeiro lugar, a eminente deputada Ana Paula Lima. Antes, porém, quero testemunhar a v.exas. da concorrida e badalada Câmara dos Deputados, eu até saí de lá com a sensação de que o deputado Décio Lima realmente vai disputar a majoritária e que poderemos ter a nossa deputada Ana Paula Lima disputando vaga na Câmara dos Deputados, porque, deputado Dirceu Dresch e deputado Neodi Saretta, ela está num entrosamento naquela Câmara dos Deputados extraordinário, especialmente na poderosa comissão de Constituição e Justiça e na Casa Civil também, deputado Dirceu Dresch, em que tive a honra de participar.

Também agradeço, deputada Ana Paula, a v.exa., pois v.exa. foi muito solícita à intimação do deputado Esperidião Amin, mais do que o seu marido, deputado Décio Lima, que é o presidente da comissão, que participou ativamente daquela importante audiência pública em que debatemos o projeto de lei do deputado Vieira da Cunha, agora projeto de lei nacional, para o enfrentamento do *bulling*.

Quero aproveitar a presença dos estudantes de Palhoça para dizer que naquela audiência também

ficamos felizes porque tivemos um grande número de estudantes presentes, já que essa questão do *bulling* afeta diretamente os nossos estudantes.

Deputada Ana Paula de Lima, de público, muito obrigado a v.exa. pelo prestígio, pela contribuição que v.exa. levou àquele debate, e leve mais uma vez ao nosso presidente da CCJ, deputado Décio Lima, que pude perceber o quanto está prestigiado na Câmara dos Deputados e que fiquei muito feliz de participar daquele evento que enriqueceu também os meus conhecimentos e as informações que tenho sobre o projeto do *bulling*.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos visitam aqui, na Casa do Povo, na Casa de Leis do estado de Santa Catarina, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, o relato que vou fazer, desta tribuna, já destacado pelo presidente da Assembleia, foi a viagem que fizemos na semana passada à capital do nosso país, Brasília, cumprindo uma extensa agenda, para os interesses do povo catarinense. E quero destacar, srs. parlamentares, três grandes e importantes reuniões que participamos. A primeira delas foi na Casa Civil, com a ministra Gleisi Hoffmann, com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, também com os deputados Joares Ponticelli, Jorginho Mello, Décio Lima, Pedro Uczai, Jailson Lima, para celebrar o acordo para a abertura do sinal digital da nossa TVAL, uma luta muito antiga de diversos parlamentares. E a outra foi na comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, porque teve uma audiência pública para discutir um programa, um projeto de lei sobre o *bullying*.

Aqui, em Santa Catarina, já estamos adiantados, com um projeto de autoria do deputado Joares Ponticelli, juntamente com o apoio do Ministério Público. E temos que trazer aqueles palestrantes que estiveram lá, para a todo o momento fazermos esse debate, porque não pode ser esquecido o que está acontecendo nas nossas

escolas, tanto públicas como particulares, e precisamos combater.

A agenda começou no dia 27 de maio, quando participamos de uma audiência pública com a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil. E na pauta solicitamos de uma vez por todas o posicionamento do governo federal a um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, PL n. 2.295/2000, há 13 anos. Esse projeto de lei reduz a carga horária, a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem para 30 horas semanais.

Nós apresentamos à ministra isso que viemos debatendo há muito tempo, durante muitos anos, com a categoria da Enfermagem, que é uma categoria que está 24 horas no atendimento hospitalar aos nossos pacientes. E apresentamos para a ministra os estudos de viabilidade para a implantação da nova jornada de trabalho da Enfermagem, com as especificações de custos e outras informações importantes, que ajudam na análise desse projeto de lei.

O estudo comprova que o impacto financeiro da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais não é representativo nos orçamentos das instituições.

Esta Casa, anos atrás, nós, deputados e deputadas, aprovamos a redução da jornada de trabalho para a enfermagem dos hospitais públicos do estado. E também vários municípios do estado já contemplaram a jornada de trabalho reduzida.

Então, apresentamos para a ministra um estudo de viabilidade econômica, pois isso não irá onerar significativamente essas instituições. Já que defendemos a todo o momento que tem que haver maiores investimentos na Saúde.

No Brasil a Enfermagem soma cerca 1,8 milhão de profissionais, sendo no estado 46 mil trabalhadores. Representamos cerca de 60% dos trabalhadores na área da Saúde.

A ministra assumiu o compromisso de, nesta audiência pública, pois estamos trabalhando juntamente com o ministério da Saúde, a fim de tratar do assunto, agendar a reunião com os

representantes nacionais da nossa categoria, da Saúde, de Enfermagem, para que façamos esse debate. E que a câmara dos Deputados e o governo se posicionem a favor da jornada de 30 horas semanais para essa categoria.

A jornada de 30 horas é uma das principais bandeiras da Enfermagem brasileira, que ainda luta pelo piso nacional, melhores condições de trabalho, aposentadoria especial, que tínhamos de 25 anos e que infelizmente não temos mais.

Está na ordem do dia da Câmara dos Deputados a redução da jornada de trabalho. Por isso, estamos, a todo o momento, pedindo um posicionamento do governo federal.

A Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial de Saúde recomendam, inclusive, a jornada de 30 horas semanais como a mais adequada para que os profissionais de Saúde prestem uma assistência segura a todos que necessitam desses cuidados. Como enfermeira, como deputada estadual e profissional da área da Saúde tenho a plena convicção de que a redução da jornada de trabalho da Enfermagem é essencial para a garantia de uma saúde com mais qualidade da nossa população. E nós vamos acompanhar passo a passo os desdobramentos dessa luta.

Também no dia 28 de maio, ainda em Brasília, participamos, juntamente com o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, com o deputado Jailson Lima, o deputado Jorginho Mello, o deputado Esperidião Amin e o deputado Pedro Uczai da celebração de um convênio, a assinatura de um documento, pois hoje o sinal da TV Assembleia está disponível apenas nos canais pagos. E é uma luta antiga desta Casa, deputado Neodi Saretta e deputado Dirceu Dresch, proporcionar a toda nossa população um canal aberto dos trabalhos que temos exercido neste Parlamento. É uma forma democrática de todos os cidadãos e cidadãs catarinenses acompanharem também o trabalho do legislativo.

Também quero dizer que há anos estamos lutando pela abertura do sinal aberto da TVAL para todo

estado de Santa Catarina, pois acreditamos que a nossa população tem o direito de acompanhar o trabalho do Legislativo, dos parlamentares, pois a transparência é fundamental para a convivência com a democracia.

A partir da oficialização dessa assinatura, dessa parceria com a Câmara Federal, vai iniciar o processo de licitação para a compra de um transmissor digital a ser doado da Câmara dos Deputados para o Parlamento catarinense. O equipamento será instalado ainda este ano, 2013, no Morro da Cruz, aqui, na capital de Santa Catarina, Florianópolis, iniciando pela grande região de Florianópolis a abertura do canal Assembleia em canal aberto, que poderá ser sintonizado gratuitamente. E essa ação faz, srs. parlamentares, parte do programa rede legislativa da TV Digital.

A iniciativa federal vai transmitir através do canal digital todos os canais legislativos com baixo custo, portanto, de todas as nossas câmaras de vereadores. E na prática o transmissor vai possibilitar a sintonização das TV Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa e as Câmaras de Vereadores. Eles estarão disponíveis no canal 61, e o cidadão vai poder escolher qual deles quer assistir pelo seu controle remoto, gratuitamente, com a parceria firmada entre a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal. A partir do transmissor em Florianópolis será possível oferecer gratuitamente esse sinal digital das TVs legislativas para todo estado. E as Câmaras municipais que hoje têm a TV Câmara, sendo que no estado são 19 canais televisivos, poderão adquirir o transmissor para disponibilizarem também as sessões e os trabalhos das Câmaras municipais para todas as regiões.

Por último, como bem mencionou o deputado Joares Ponticelli, participamos também de uma audiência pública na comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, presidida pelo deputado Décio Lima, onde tem um debate sobre um projeto em nível nacional do deputado Vieira da Cunha, do Rio Grande do Sul, que institui o programa de combate

ao *bullying*. E falei que o estado de Santa Catarina já se adiantou juntamente com o nosso Ministério Público e tem feito esse trabalho.

Achei interessantíssima essa proposta em nível nacional, porque temos que combater o *bullying* nas nossas escolas particulares e públicas. É inadmissível viver e conviver com isso no nosso estado. Tem que haver o respeito; temos que ter a cultura da paz; precisamos tratar isso com nossos diretores de escolas particulares e públicas, com os pais dessas crianças e alunos. E como bem falei antes, é inadmissível termos o *bullying* instalado na maioria das escolas tanto públicas quanto particulares. Não há distinção, existe mesmo, está a olhos vistos, e temos que combater isso com a cultura da paz.

Foi isso que fizemos na nossa agenda, sr. presidente, em Brasília, nas três audiências de extrema importância para o Parlamento catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com muita alegria a presença neste Parlamento da Escola Estadual de Educação Básica Municipal, professora Alda Santos de Vargas, do município de Sombrio, numa comitiva de 44 estudantes.

Desejamos a todos, juntamente com a responsável Kátia Regina Ferreira, boas-vindas a este Parlamento.

Muito obrigado pela visita.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, saúdo todos que nos acompanham, sras. deputadas e srs. deputados, sr. presidente, quero registrar uma grande festa da Expofeira do Leite, no município Presidente Getúlio, neste último final de semana, com a participação muito grande da população daquela região, que representa esse produto tão importante na cesta básica para Santa Catarina.

Sr. presidente, quero também registrar que depois de quatro anos debatendo, deputado Moacir

Sopelsa, finalmente temos aqui na Casa o Projeto de n. 0139/03, que regulamenta o pagamento por serviços ambientais.

Estamos na semana do meio ambiente. E esse foi um dos temas que este deputado, por muitas e muitas vezes, veio para esta tribuna cobrar a regulamentação, já que por dois anos tivemos orçamento destinado para o início do programa e sempre esse recurso era retirado e destinado a outras áreas.

Temos feito grandes debates pelo estado afora, para discutir isso. Talvez depois do Pronaf, do crédito da habitação, do tema legislação ambiental, do Código Florestal, esse é um dos principais temas, em termos de políticas públicas, para a nossa agricultura familiar.

Temos no estado mais de 180 mil propriedades. E praticamente essas 180 mil são menores do que 50 hectares de terras; a grande maioria vai de 10, 12 a 13 hectares e tem uma função estratégica no cuidado ambiental.

Cada dia mais a economia do estado depende da água e do cuidado ambiental. E não é possível que se jogue a responsabilidade para as pequenas propriedades sozinhas, elas, por si só, cuidarem desse tema tão importante, que é o cuidado com o meio ambiente, principalmente com a água.

Esta semana vamos falar muito sobre a água neste país e amanhã teremos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Há que se dar atenção ao desafio das pequenas propriedades e cuidar com as regras ambientais.

No novo Código Florestal Brasileiro foram reduzidas as áreas de APP para se adequar a essa realidade das pequenas propriedades, mas não queremos somente 5m, queremos mais. Esse é o grande desafio! Queremos que os agricultores possam ajudar a preservar mais que 5m e não simplesmente cumprir a legislação, queremos uma política de remuneração para quem recupera, preserva as lagoas, os banhados, as encostas de morros, das sangas, dos rios, das fontes.

Para a produção de leite é preciso muita água, pois um animal pode beber até 100 litros de água por dia, assim como o frango e o porco.

A horticultura, muitas delas já irrigadas, uma atividade importante no estado, necessita de muita água.

Então, valorizar remunerando quem preserva é, na minha avaliação, um grande desafio. Muitos países já adotaram esse sistema, assim como muitos municípios aqui em Santa Catarina.

Dessa forma, o Projeto de Lei n. 0139 veio para esta Casa e vários deputados hoje, pela manhã, pediram vista, porque todos querem contribuir com esse processo. Não vamos abrir mão de brigar por uma lei que deveria ser exclusiva para a pequena propriedade e que ficou apenas enquadrada como prioritária.

Entendemos que as grandes propriedades não possuem as mesmas necessidades de uma pequena propriedade de 4ha, 5ha ou 10ha. Por isso, iremos lutar com todas as nossas forças para que o pagamento dos serviços ambientais, a remuneração, seja, de fato, para a agricultura familiar em primeiro lugar.

Infelizmente, não conseguimos que a lei fosse exclusiva para a agricultura familiar, mas estaremos acompanhando isso de perto para que não se cometam injustiças com as pequenas propriedades e se beneficie as grandes propriedades, por que não dizer, os grandes latifúndios.

Sendo assim, quero registrar a satisfação, depois de quatro anos de peleja, de luta e cobrança, que esta semana estamos em função desse projeto que está tramitando.

A segunda questão que gostaria de registrar é que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deve assinar a portaria ministerial dando início ao Car - Cadastro Ambiental Rural -, porque uma das grandes expectativas da nossa agricultura familiar no Brasil é fazer um cadastramento apresentando um croqui, um desenho da cada propriedade. O ministério do Meio Ambiente vai fornecer para os estados conveniados uma foto de satélite atualizada para facilitar a

confeção do Cadastro Ambiental Rural e o tornar prática, simplificada e sem custo para a agricultura familiar, pois esse era um grande problema, já que o agricultor tinha que contratar uma equipe para fazer esse levantamento da propriedade.

Então, essa é uma grande contribuição do governo federal, da presidente Dilma Rousseff, dos vários ministérios, para todos que se envolveram nessa luta, que vai facilitar a vida dos agricultores familiares. O nosso grande desafio dos próximos dois anos é a elaboração desse Cadastro Ambiental Rural, para que todas as propriedades possam se cadastrar dentro de um processo simplificado.

Então é isso que queremos registrar neste dia, que antecede o Dia do Meio Ambiente, e também dizer a todos que nos acompanham que estaremos amanhã e depois num amplo debate em Brasília, num conjunto de audiências, para discutir o lançamento do Plano Safra, que será lançado na próxima quinta-feira pela presidente Dilma Rousseff.

Amanhã vamos acompanhar as negociações para o fechamento do Plano Safra e deveremos ter algumas novidades importantes. Uma delas é a criação de uma entidade nacional de Assistência Técnica à Pesquisa e Extensão Rural, que será de grande importância para o nosso país.

Outra questão deve ser o novo sistema de inspeção sanitária do nosso país e também uma política nacional de inspeção para as nossas pequenas agroindústrias familiares, que é uma reivindicação também muito antiga da criação do Suasa. Na época esperava-se que se resolveria e fosse encaminhada essa política. Infelizmente isso não se resolveu ainda e continua extremamente burocrático, difícil, uma pequena agroindústria familiar se legalizar.

Então, esperamos que esse novo acordo do sistema de inspeção sanitário brasileiro possa funcionar agora.

Sr. presidente e srs. deputados, esperamos que nesta Semana do Meio Ambiente possamos ter grandes avanços nos municípios, nos estados e em nível

nacional em termos de políticas para facilitar a vida dos nossos agricultores e trabalhadores brasileiros, mas, principalmente, olhando a questão de fundo, que é o cuidado com o meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde das futuras gerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, os srs. deputados, as sras. deputadas e a comunidade catarinense.

Não podemos deixar de registrar a grande notícia esportiva para nós, que somos de Canoinhas. O nosso município sagrou-se Campeão Catarinense Juvenil de Futebol de Campo ao derrotar o Tubarão, no sábado, na cidade de Canoinhas, por 3x0.

Então, Canoinhas é campeão juvenil. Portanto, o município tem futuro depois dessa grande vitória do planalto norte, uma vitória incontestada num belo jogo em Canoinhas. Isso mostra que Canoinhas já foi campeão estadual com o saudoso Santa Cruz Esporte Clube e retorna agora campeão juvenil. Contou com o apoio do prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, do secretário Regional Ricardo Pereira Martin, e da comissão de esporte. Enfim, todo município apoiou esse grande evento.

Temos que relatar aqui também o apoio ao pedido da deputada Ana Paula Lima. Sem dúvida nenhuma, é meritória a jornada de 30 horas semanal às enfermeiras! Deputada Ana Paula Lima, eu, como médico, acho justa essa reivindicação e v.exa. tem o nosso apoio a todas as enfermeiras e aos enfermeiros. Acho que é uma reivindicação importante. Tendo em vista o estresse do trabalho do dia a dia, o risco de contaminação e os problemas inerentes à profissão esse seu pleito merece, sim, ser atendido!

Na sexta-feira, em Joinville, vamos ter uma audiência pública, proposta pelos deputados Darci de Matos, Antônio Aguiar, Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, na qual vamos debater sobre a ferrovia. E na oportunidade estará presente o senador Luiz Henrique da Silveira.

Temos certeza de que o início do abandono do planalto norte foi ocasionado pelo fim da ferrovia. E pode ser que agora haja novamente o início do desenvolvimento com a revitalização dessa importante ferrovia que vem do Mato Grosso e que queremos que passe por Chapecó, Herval d'Oeste, Caçador, Porto União, Canoinha, São Bento do Sul, Joinville e vá ao porto de São Francisco do Sul.

Já mudou o trâmite no governo federal. Hoje, tive a informação que é através da ANTT. Já não é mais o trâmite antigo; portanto, temos a certeza de que o deputado Valdir Cobalchini, responsável perante o governo do estado pela agilização do trâmite dessa ferrovia, sabe que não queremos uma ferrovia nova, que queremos a revitalização já existente.

Claro que a ferrovia existente é uma ferrovia antiga, mas nem por isso é mais fácil fazer uma ferrovia que já existe do que uma que não tem licença ambiental e que vai precisar gastar muito mais, portanto, com menos condições de termos essa importante ferrovia. E quero fazer uma denúncia aqui de que o Paraná está se agilizando para que a ferrovia que vem do Mato Grosso passe pelo Paraná e vá direto ao porto de Paranaguá. Então, temos que nos comunicar, temos que estar atentos aos desdobramentos que estão acontecendo no Paraná, mesmo porque lá existe uma catarinense, a Gleisi Hoffmann, que está gestionando pelo Paraná. Nós temos a nossa Ideli Salvatti, temos o nosso ministro do Trabalho. E com eles temos a certeza de que os senadores e deputados federais também vão interferir nessa importante jornada que é a ferrovia.

Então, convoco e convido todos os vereadores, deputados estaduais, presidentes de Câmaras, prefeitos, presidentes de entidades para que

compareçam, na sexta-feira, às 16h, na cidade de Joinville, na Associação Comercial, para fazermos esse importante debate das ferrovias.

A ferrovia que queremos é a nossa ferrovia que vai pelo planalto norte e não uma ferrovia nova. Nós queremos a revitalização da que já existe. A que existe tem a bitola de um metro, e queremos que se faça a bitola de 1,60m. Mais uma bitola, portanto, na ferrovia.

Também quero me reportar, hoje, ao Projeto de Lei n. 0186.4/2013.

(Passa a ler.)

“Proíbe a utilização de materiais inflamáveis e não autoextinguíveis em recintos fechados de uso coletivo, no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º - É proibida a utilização de material incandescente, plásticos e espumas não autoextinguíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano-poliéster, ou material equivalente, em recintos fechados de uso coletivo, público ou privado, destinados a eventos, no estado de Santa Catarina.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são considerados recintos fechados as boates, as casas de *shows*, as danceterias, os *buffets*, bares, restaurantes, teatros, cinemas, auditórios, clubes, salões comunitários e congêneres.

§ 2º A proibição do uso dos produtos referidos no *caput* deste artigo deverá ser informada em *banner* ou placa afixada em local visível, nos recintos que trata esta Lei.

Art. 2º - O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina deverá informar, nos documentos liberatórios para o funcionamento dos recintos fechados, a proibição da utilização do material de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º - A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação

do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV ou por índice que vier a substituí-lo.

§ 1º No caso de reincidência, sem prejuízo do disposto no inciso II deste artigo, o Corpo de Bombeiros Militar poderá efetuar a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento.

§ 2º A sanção administrativa não exime os infratores das sanções penais e civis cabíveis, em caso de danos pessoais e/ou materiais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.”[sic]

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a responsabilidade por dano ao consumidor e proteção à saúde (art. 24, inciso VIII e XII, respectivamente). Registre-se, ainda, que a presente proposição não se encontra entre àquelas de iniciativa privativa do Executivo (artigo 50, § 2º, na Constituição Estadual).

Justificativa:

A Constituição Federal assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a responsabilidade por dano ao consumidor e proteção à saúde (art. 24. Inciso VIII e XII, respectivamente. Registre-se, ainda, que a presente proposição não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Executivo (art. 50, § 2º, da Constituição Estadual).

A presente proposta nasce da necessidade de evitar que o uso de materiais, plásticos e espumas não autoextinguíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano-poliéster, ou material equivalente que submetidos ao calor intenso emitam fumaça tóxica, sejam responsáveis por acidentes, incêndios e tragédias[...].”

Comunidade catarinense, nós sabemos da importância desta lei, pelo que aconteceu no Rio Grande do Sul. Acho que a causa do incêndio ocorrido lá foi esta. Essa é uma proposta nossa

para que não ocorra fatos similares no nosso estado. Essa lei vai entrar em trâmite nesta Casa.

Gostaria de saudar o campeão de futebol de campo, na categoria juvenil, do estado de Santa Catarina, fato inédito para o município de Canoinhas. Canoinhas é campeão juvenil de futebol de campo.

Parabéns ao futebol canoiense.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado, também gostaria de parabenizar Canoinhas, e não poderia deixar de registrar que pela segunda divisão do campeonato de acesso Concórdia venceu Canoinhas no domingo, mas isso faz parte do esporte.

Parabéns Canoinhas pelo título conquistado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, estava conversando com o deputado Silvio Dreveck e lembrando da reunião que tivemos no Parlasul, lá no Recife, que certamente será objeto, inclusive, de uma bela oratória do deputado Silvio, aqui, nesta tribuna, rememorando aquilo que foi vivenciado no Recife, quando tivemos uma reunião muito interessante do Parlasul, que vem ao encontro dos interesses do deputado de Canoinhas, Antônio Aguiar, que muito está interessado na questão da ferrovia. E está, juntamente com os demais representantes de Joinville e região, convocando uma reunião na Acij, na sexta-feira.

Certamente, deputado Antônio Aguiar, v.exa. estará presente neste plenário, quando o deputado Silvio Dreveck irá fazer uma explanação bastante extensa sobre o que aconteceu lá. Isso irá levar v.exa. a refletir sobre essa questão da ferrovia descendo para na nossa região de Joinville.

Comentávamos até que não sabíamos se essa ferrovia, comercialmente, seria, em algum momento, viabilizada, porque estamos acompanhando todo o processo do governo federal, em nível de ferrovias, ligando o norte ao sul do país. E pelo que consta dessa geografia de ferrovias, se conseguirmos que ela se estenda por Mafra, ainda teremos uma esperança para que haja a revitalização dessa que desce para a nossa região, na Serra Dona Francisca. Agora, se desviarem o trajeto, como estão fazendo as autoridades e políticos do Paraná, para o porto de Paranaguá, certamente teremos muitas dificuldades para ver a nossa realidade acontecer. Digo isso porque pelo mapa existe um projeto em andamento que irá dar lá em Chapecó, no oeste, e de lá irá para o Rio Grande, a ferrovia norte/sul.

Houve uma movimentação muito forte de representantes de Santa Catarina, liderados pelo ex-governador Esperidião Amin, que conseguiram uma importante reunião, inclusive, com o ministro, lá em Chapecó, que viabilizou a Ferrovia do Frango que vem dar aqui, no nosso porto de Itajaí. Com essa Ferrovia do Frango ainda vimos alguma coisa em nível de Santa Catarina.

Houve, nessa reunião do Parlasul, onde estavam parlamentares também da Argentina e de outros países vizinhos, uma ciúmeira do Rio Grande do Sul, por conta desse projeto da Ferrovia do Frango. Houve parlamentar lá que pediu a palavra e disse: "O que Santa Catarina está fazendo que não conseguimos fazer é mobilizar uma reunião dessas. E o governo federal já está, inclusive, com o projeto da Ferrovia do Frango. E como vamos ficar?" O técnico lá minimizou dizendo que é ainda somente um projeto, pois não quis dizer que seria uma realidade.

Esse assunto é muito pertinente em que pese haver duas vertentes, e tem aquela questão da Ferrovia do Frango que dá em Chapecó. E para viabilizar esse projeto, descendo aqui para os nossos portos, dependeria quem sabe de uma mobilização como aquela que foi feita em Chapecó, onde tivemos autoridades, em nível de Brasil, como o ministro dos Transportes, e de todos os movimentos econômicos e políticos de Santa Catarina.

Dito isso, sr. presidente, quero deixar registrado aqui o convite que recebi e que é extensivo a todos os srs. deputados, do escritor Miro Morais, que vai lançar o livro cujo título é *O Reino dos Esquecidos*, na próxima sexta-feira, das 19h30 às 22h30, no salão lateral do restaurante Lindacap, nos altos da rua Felipe Schmidt, n. 1.162.

Miro Morais, que é catarinense, agora faz parte também da Academia Catarinense de Letras, e nós, como catarinenses, temos a obrigação de prestigiá-lo, até porque é um grande escritor.

Aproveitando o restante do meu tempo, quero dizer que ao escutar a deputada Ana Paula Lima na tribuna sobre a questão das 30 horas de expediente das enfermeiras, tenho certeza de que a deputada já deve ter conhecimento do projeto de lei que dei entrada na Casa, que trata de uma série de questões relacionadas aos enfermeiros de Santa Catarina.

Assim, nem preciso pedir a sua ajuda, porque sei da sua sensibilidade em relação a esse segmento, a essa classe, e tenho a mais absoluta certeza de que v.exa. vai me ajudar e se irmanar a mim no sentido de que possamos aprovar esse projeto de lei que já se encontra na Casa, que dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de Enfermagem no estado de Santa Catarina.

Agora não tenho mais tempo, mas é um assunto bastante extenso, inclusive que traz em seu bojo um grande benefício para a classe de enfermeiros de Santa Catarina, que v.exa. conhece muito melhor do que eu.

Dito isso, sr. presidente, tenho que agradecer.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Manoel Mota, queria lhe pedir dois minutos do horário do PMDB, antes de v.exa. iniciar o seu pronunciamento, até porque o deputado Padre Pedro Baldissera queria passar o horário do PMDB, mas pedi a ele que segurasse um pouquinho.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Então vou usar dois minutos.

Deputado Nilson Gonçalves, já conversei sobre isso com o deputado Neodi Saretta e com o deputado Pedro Uczai que foi um líder da reunião, em Chapecó, sobre a questão da Ferrovia do Frango. Sobre esse assunto entendo que ainda se encontra em estudo o projeto. Portanto, não se está tratando do projeto ainda.

Assim, por se tratar de estudo do projeto, teríamos que ter outras regiões contempladas, deputado Nilson Gonçalves. E quando se fala em Ferrovia do Frango, vejo Seara, Concórdia, Capinzal e Joaçaba fora do eixo. Joaçaba até que entra porque a ferrovia pretende margear a 282. Também Piratuba e Capinzal, pois temos uma ferrovia, embora precise revitalizá-la. Mas precisamos nos mobilizar para o estudo desse projeto atender a outras regiões. Acho que é o momento de discutirmos isso, mesmo que demore acontecer, mas ela vai dar outro desenvolvimento para o estado de Santa Catarina.

Queria contribuir com o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, mas quando fui pedir o aparte, s.exa. já havia mudando de assunto.

Então, quero dizer que precisamos repensar isso e fazer um estudo para contemplar mais regiões no estado de Santa Catarina.

Era isso.

Obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pois v.exa. fala sobre um tema importante.

Sr. presidente, pessoas que nos acompanham pela TVAl, Rádio Alesc Digital e os que vieram nos prestigiar, hoje, aqui, temos uma reunião no plenarinho sobre pesca, carteiras; então, esta é uma tarde importante na Assembleia.

Quero falar sobre um tema muito importante e já quero pedir apoio ao Parlamento antecipadamente. Quero pedir apoio, porque o tema, na minha concepção, é muito importante.

(Passa a ler.)

"Nos últimos meses a sociedade vem acompanhando ações violentas que saem dos presídios para as ruas.

É preciso preservar os direitos humanos dos presos. Mas um ponto mais importante é dar as melhores condições aos agentes penitenciários que são trabalhadores importantes e fundamentais para a segurança da sociedade.

Como deputado, peço aos demais parlamentares uma atenção especial às lutas da categoria. Isso inclui o chamamento de novos agentes penitenciários que passaram em concurso realizado no ano de 2006 e já fizeram o curso de formação para atuar nos presídios.

Também coloco o meu gabinete à disposição para auxiliar os atuais agentes em suas lutas, que são justas e importantes para a sociedade catarinense."

Hoje, em São Pedro da Alcântara, os agentes estão parados, pedindo melhores condições de trabalho. Foram 120 concursados em 2006, 40 já fizeram escola e estão preparados para essa missão. Então, por que não chamamos esses trabalhadores para ajudarem nessa missão importante e fundamental para segurança da sociedade catarinense?

Eu peço, aqui, o apoio dos nobres parlamentares, para que pelo menos esses 40 que já fizeram escola, que deixaram o seu trabalho, sejam chamados para darem mais garantia de segurança nas ruas.

Foram quantos ônibus queimados? Quantos tiros nas delegacias?

Precisamos, sim, fortalecer a categoria, para dar segurança à sociedade, que esse é objetivo maior.

Nós somos parlamentares para poder buscar o que é fundamental para a sociedade, que é a segurança.

Mas, além disso, também quero falar sobre outro tema que é importante.

Na sexta-feira, presidente da comissão de Saúde, ex-prefeito de Itajaí, deputado Volnei Morastoni, temos uma reunião importante para tratar sobre a UTI neonatal.

A UTI Neonatal é para atender às crianças prematuras, pois muitas morrem nos hospitais por não termos essa segurança. É preciso ir lá. O hospital regional é público, e temos que ter a neonatal pública, para poder atender também às pessoas pobres, que são brasileiros, filhos de Deus e comum como nós que lutamos pela sociedade e pelo povo.

É por isso que nos temos mobilizado, deputado Volnei Morastoni, para que tenhamos uma casa cheia, pois será uma discussão extraordinária. E v.exa. não mediu esforços para a comissão estar em Araranguá. E tenho certeza de que daremos passos importantes e fundamentais nessa audiência pública, porque o sul de Santa Catarina aguarda, precisa, espera uma decisão nossa. E estamos fazendo a nossa parte para podermos cumprir a nossa missão no Parlamento catarinense.

Quando falei com o presidente deputado Volnei Morastoni, ele não mediu esforços e disse que iríamos ao sul, a Araranguá. E tinha duas missões: a neonatal e o curso de Medicina na Universidade Federal criado no referido município.

Mas vai acontecer sexta-feira à noite, em Araranguá, para discutir essa questão. Hoje se

pensa em buscar médicos fora do país, como Cuba. Mas será que não temos brasileiros prontos e preparados? Basta criarmos cursos de Medicina, dar condições às pessoas que não têm a sorte, o privilégio de recursos suficientes, para poder estudar e se formar.

Eu acho que vamos viver uma sexta-feira importante no vale do Araranguá. Vamos discutir a UTI neonatal, que não tem na região e muito menos pública. E vamos proporcionar uma nova esperança de que as crianças que nascem prematuras possam sobreviver, pois onde há UTI neonatal essas crianças sobrevivem. E por que não podemos, no sul de Santa Catarina, também usufruir desse direito? Podemos.

Quero convidar o meu presidente, deputado Volnei Morastoni, para que pudesse proporcionar um dia para Araranguá. Lá nós temos o prefeito Sandro Maciel, do PT, um grande amigo que tem ajudado. E v.exa. vai se sentir em casa. Assim, quero convidar todos os parlamentares para ajudar, a sociedade, para irem a Araranguá, à audiência pública, para que tenhamos força. Somos 20% dos parlamentares desta Casa e podemos dizer que não aceitamos explicação, que queremos definição, como fez o deputado Valmir Comin. Precisamos trabalhar em conjunto, pois é assim que trabalhamos.

O Brasil tem muitos recursos, é poderoso, tem muita gordura, mas também é preciso, sim, trabalhar com amor, garra, para poder fazer com que os investimentos, não é apenas pagar impostos, transformem-se em bem-estar para o povo.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria, com a permissão da minha bancada, de

trazer presente, sr. presidente Nilson Gonçalves, aquilo que está acontecendo no dia de hoje no rol desta Casa, a terceira mostra de vinhos catarinense. Acho que é importante para todos nós que somos, de uma forma ou de outra, deputado Valmir Comin, apreciadores do bom vinho recuperar um pouquinho esse processo todo, que tem desencadeado esse bonito momento trazido, pela terceira vez consecutiva, a esta Casa.

Lembro-me, no início do ano de 2006 a 2007, quando um pequeno grupo, deputado Moacir Sopelsa, de produtores e cultivadores que trabalham e fomentam a cadeia produtiva da uva, da região do vale do Rio Peixe, iniciavam uma rápida discussão sobre alguns encaminhamentos, algumas ações práticas, concretas, para fomentar toda a cadeia produtiva da uva. E na época se tem encaminhado a necessidade de fazer algo para dar publicidade a essa cultura tão importante, que agrega valor, renda e movimenta a economia do estado e a economia do nosso país, que iniciou com uma pequena feira camponesa da uva, chamada FecaUva. E é exatamente a partir dessa iniciativa que a partir de vários anos consecutivos se tem chegado àquilo que hoje estamos presenciando, participando, aqui na Assembleia Legislativa.

Tivemos muitos atores nesse processo todo. E entre eles quero destacar, além de pessoas, lideranças, agricultores que trabalham na cadeia produtiva da uva, a presença decisiva de alguns governos municipais. E aqui poderíamos destacar Tangará, Pinheiro Preto, Videira, principalmente nesse bloco do vale do Rio do Peixe. Mas além dessa gestão pública, queremos mencionar uma instituição financeira que teve a participação decisiva, a Cresol.

A Cresol, principalmente de Tangará, cooperativa de crédito, fomento de crédito, tem sido assim decisiva no envolvimento e na participação, para que pudéssemos culminar naquilo que hoje está sendo feito aqui, através da terceira mostra do vinho catarinense.

Agora é importante destacarmos que o fruto dessa caminhada toda foi a Lei n. 14.711, que

estabelece o Dia do Vinho, comemorado em Santa Catarina no primeiro final de semana deste mês. Portanto, como estamos na primeira semana do mês de junho, comemoramos o Dia do Vinho com a apresentação da III Mostra do Vinho Catarinense.

E aqui queremos fazer um apelo ao governo do estado para que seja implementado o calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina pela importância dessa atividade, pelo significado para o estado de Santa Catarina, pela movimentação econômica e pela geração de renda, já que muitas famílias dependem desse incremento e dessa atividade, que é a principal atividade, a principal renda de inúmeras famílias.

Além disso, esta Casa aprovou um projeto de lei que inclui na merenda escolar o suco de uva, um derivado da uva, um produto importante e necessário para o cuidado da saúde e do desenvolvimento pessoal e integral do ser humano.

Agora é claro que temos alguns desafios pela frente que queremos destacar.

Olhamos com orgulho para o estado vizinho, o Rio Grande do Sul, que criou um fundo que arrecada 2% dos impostos oriundos da comercialização de todos os derivados da uva e que constitui o Fundo da Vitivinicultura no estado do Rio Grande do Sul.

Nós queremos que em Santa Catarina possamos avançar nesse sentido criando um fundo estadual para fomentar, subsidiar, dar sustentação a toda cadeia produtiva da uva no estado de Santa Catarina.

Então, parece-me importante buscar alternativas para fomentar ainda mais essa cultura, que está presente em várias regiões do nosso estado. Nós vamos para o sul, encontramos muitos produtores de uva; vamos para o planalto serrano, na região de São Joaquim, da mesma forma; no vale do Rio do Peixe, também; no vale do Itajaí, oeste e extremo oeste, também há várias iniciativas.

Portanto, temos essa cultura presente em todas as regiões do estado de Santa Catarina e não tenho dúvidas de que ela pode ajudar enormemente algumas

famílias que a tem como a principal renda familiar, além de movimentar toda a economia do nosso estado e contribuir enormemente no contexto nacional.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Padre Pedro Baldissera, que deve apreciar um bom vinho, gostaria de parabenizar v.exa. pelo tema abordado, a valorização do vinho, da uva catarinense.

Na nossa região temos o vale da uva Goethe com certificação, que dá uma segurança jurídica a todos os associados, aos cooperativados do planalto serrano, enfim, em todas as regiões do estado onde temos um clima propício e terras férteis.

Agora, o que é preciso realmente é que o Poder Público, através das entidades, da pesquisa e da inovação, dê segurança jurídica para esses investidores, como é feito no Chile, na Argentina, na França, na Itália e em tantos outros países, como na própria África do Sul, que produz, hoje, também vinhos de qualidade. E cito aqui também o próprio nordeste brasileiro.

Nós aqui temos um clima saudável, propício, e um povo ordeiro e trabalhador que cultiva e precisa resgatar cada vez mais essa tradição trazida dos nossos antepassados que serve como forma de agregação de valor, de renda, de emprego e de fixação do homem na propriedade rural.

Parabéns a v.exa. pelo tema abordado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Eu gostaria de concluir o meu pronunciamento, deputado Nilson Gonçalves, citando aqui uma frase de João Trento, um dos grandes fomentadores do vinho Goeth. Diz ele que quem 100 anos um bom vinho bebeu, 100 anos viveu. Ele é um senhor cultivador da uva Goeth que está vivendo há mais de 100 anos tomando sempre um bom vinho.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença em plenário da delegação que depois, conforme o nosso requerimento, vai falar sobre a Semana Pedagógica Mater Dolorum, que vai acontecer de 12 a 14 de junho. Já está aqui o prefeito Vitor João Faccin, do município de Ouro, acompanhado da delegação, e em seguida virá o prefeito Andevir Isganzella, de Capinzal.

Estão presentes também a Gina Martins, diretora da Escola de Educação Básica Mater Dolorum; a Adriana, diretora pedagógica da escola, o Israel, coordenador do magistério; o ex-prefeito de Ouro, Sérgio Durigon, que também é professor; e a Priscila, representando o vice-prefeito de Capinzal. E depois eles farão uso da palavra.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Tão logo seja encerrada a Ordem do Dia, imediatamente daremos a oportunidade aos nossos convidados de fazerem uso da palavra na tribuna.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente interino, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados, público presente, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu gostaria de fazer menção a um evento que aconteceu em Joinville nesse feriadão, que foi os Jogos de Integração da Udesc que reuniu 1.500 jovens para disputar as mais diversas modalidades. Alguns desses jovens viajaram 12 horas, pois saíram de Chapecó e foram até Joinville para participar desses jogos. Na quarta-feira houve a abertura, que contou com a presença do reitor da Udesc, Antônio Heronaldo de Sousa, e do pró-Reitor,

Maicon Moraes Nunes, e no domingo houve o encerramento e a premiação, sendo que os jovens estavam muito felizes por essa integração.

Realmente, a Udesc prestou um grande serviço aos seus estudantes, aos seus alunos, porque esses momentos de integração são muito valiosos e ficam registrados na memória.

Então, os nossos parabéns à Udesc que fez esse grande evento na nossa cidade. Parabenizo também o CCT, Centro de Ciências Tecnológicas, nossa antiga sede, Faculdade de Engenharia de Joinville, que acolheu com uma bela estrutura todos esses 1.500 estudantes lá em Joinville.

Quero também aproveitar a oportunidade, sr. presidente, para dizer que estou protocolando nesta Casa o requerimento ao ministério da Educação e Cultura, solicitando a inclusão dos alunos de educação a distância de Santa Catarina e do Brasil também no acesso ao financiamento estudantil que o governo federal dá a todos os estudantes de ensino superior em nosso país, justamente porque hoje esses alunos não têm esse tipo de financiamento, não têm acesso a esse financiamento para poder cursar o seu nível superior.

Esses alunos já são em boa parte discriminados, porque são alunos que não puderam, na idade que se dizem correta, 17 anos, 18 anos, 20 anos de idade, ter acesso à educação. E agora de forma tardia, depois dos seus 30 anos, depois de constituir família, depois de já terem seus filhos, eles têm a oportunidade de acessar à universidade, mas com as dificuldades de não poder ter acesso ao financiamento público para concluir o seu ensino.

Por isso, estou protocolando nesta Casa esse requerimento para que os alunos do ensino a distância possam de fato ter acesso ao financiamento estudantil para todo o ensino superior, pois essas pessoas também fazem ensino superior. E essas pessoas sofrem discriminação também, sr. presidente, porque tem-se ideia de que o esforço que eles fazem para concluir a universidade é menor do que aqueles que estão

todos os dias na universidade, o que não é verdade.

A minha esposa fez a faculdade de Pedagogia, pela Unasselvi, concluiu e está fazendo a sua segunda faculdade, agora pela Unopar, e todos os dias ela é obrigada a entrar no *site*, fazer o seu registro, assistir aos vídeos-aulas, fazer exercícios, para estar prestando conta de sua presença. Também tem aula presencial uma vez por semana. Assim acaba tendo que estudar tanto quanto aqueles alunos presenciais. Daí, entre os seus afazeres, tem que arrumar um tempo para poder estudar.

Então pedimos para que esses alunos que se esforçam tanto quanto os alunos do ensino convencional também estejam presentes no financiamento estudantil.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas complementando o registro que fiz anteriormente da equipe que está aqui para apresentar sobre a III Semana Pedagógica Mater Dolorum, juntamente como secretário Ricardo Grande, secretário do Desenvolvimento Regional de Joaçaba, sra. Maria Carlesso Doré, ex-prefeita de Luzerna, gerente Regional de Educação, que acompanham a delegação a que fiz menção na questão de ordem anteriormente encaminhada a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, a todos e a todas as nossas boas-vindas, em nome desta Casa.

Ainda ao horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PDT.

(Pausa)

Com a ausência dos deputados do PDT, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, colega deputado Nilson Gonçalves, demais deputados, deputadas, primeiramente, vou registrar, deputado Padre Pedro Baldissera, o seu discurso, nesta tribuna, no dia de hoje, em relação ao nosso produto, o vinho catarinense. Parabéns pela sua manifestação, a qual assinamos com segurança, pelas palavras que v.exa. colocou a respeito desse nobre produto catarinense, que vem se destacando cada vez mais, além de dar grandes oportunidades a inúmeras famílias.

Por outro lado, sr. presidente, estivemos participando, na penúltima semana que passou, em Recife, capital pernambucana, do encontro da Unale, onde tivemos a oportunidade de estar fazendo o encontro do Parlasul, que é o Parlamento dos quatro estados do sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e Mato Grosso do Sul, com a participação, inclusive, do Mato Grosso.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. lá participou, prestigiou, debateu o assunto. Também estiveram lá os deputados Dado Cherem, o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, mas além dos brasileiros, estiveram lá presentes também os nossos irmãos argentinos, das cidades de Tucuman e Catamarca, participando desse encontro.

Também tivemos a presença do engenheiro da Valec, Jair Campos Galvão, além do nosso engenheiro catarinense e mafrense, que trabalha aqui em Florianópolis há muitos anos, sediado aqui em Florianópolis, dr. Ricardo Saporiti, que representa e trabalha para a Fiesc, a qual queremos agradecer de público pela liberação do mesmo.

O assunto não poderia ser diferente nesse encontro sobre as ferrovias no Brasil, aqui já manifestado pelo deputado Antônio Aguiar que me surpreendeu hoje, que deixou de ser um deputado de Canoinhas para ser um deputado joinvillense, e quero crer que é só de passagem, e também com a manifestação do deputado Nilson Gonçalves que acompanhou a apresentação do diretor da Valec, sobre as ferrovias no Brasil.

Para dar mais informações, tivemos uma grande oportunidade, primeiro, de conhecer os projetos, além dos projetos, algumas obras que estão em andamento, outras que estão em estudo e outras que estão nas ideias do planejamento.

Portanto, nesse novo modelo que o governo federal está fazendo, de concessões, disponibilizando 90 bilhões para a construção de ferrovias, a operação é concedida, ou será concedida, para a iniciativa privada. Para nós, para não nos estendermos ao Brasil todo, uma interligação importante, desde o Rio Grande do Sul, ou seja, vamos fazer o contrário, começando lá no Mato Grosso do Sul, mais precisamente em Maracaju, passando por Dourados, interior de São Paulo, Cascavel e fazendo a ligação com o estado de Santa Catarina, através da região de Chapecó, indo para o porto de Rio Grande.

Parte desse projeto está em obras, parte está em execução de projeto e a outra, finalizada agora com a vinda do ministro ao oeste catarinense, como o deputado Nilson Gonçalves já se manifestou. Isso está praticamente definido, depende agora da tramitação burocrática e de recursos para viabilizar, mas há estudos de viabilidade econômica, técnica e financeira de que é possível.

O outro traçado que vem de Cascavel, Maracaju sempre tivemos a certeza, até porque o projeto apresenta isso. Pelo mapa apresentado pelo diretor da Valec fica assim: vindo de Maracaju, passando por Novo Mundo, Guáira, Toledo, Cascavel, Guarapuava, Porto União, Marcílio Dias e Mafra.

O que nos surpreendeu é que há uma alteração: vindo de Maracaju a Guarapuava, passando por Engenheiro Bley e indo direto para Paranaguá. É nesse quesito que nós catarinenses, deputado Moacir Sopelsa, temos que envolver outras autoridades.

E quero aqui pedir ao deputado Antônio Aguiar para que, nesse encontro, se faça um apelo também ao senador Luiz Henrique, para que tome conhecimento, porque vamos fazer um apelo a todos os líderes de bancada para, junto ao governo

federal, manter o traçado original, que é a integração com Mafra.

O que temos que entender é que qualquer empresa, para operacionalizar um sistema ferroviário, irá participar, desde que haja viabilidade de retorno. Se não fizermos essa integração com o estado de Santa Catarina, em Mafra, automaticamente não estaremos interligando nossos portos, que seria a diminuição do custo Brasil. Além de importar matéria-prima, os grãos, que vão para o oeste catarinense, nós também damos a oportunidade para trazer esses produtos do centro-oeste brasileiro, através de nossos portos, sendo de Mafra a São Francisco do Sul, de São Francisco fazendo a interligação com Itapoá, Navegantes, Itajaí e Imbituba. Temos então aí a grande probabilidade de fazer a integração do oeste com o leste catarinense.

Como eu disse: se não fizermos com que essa integração venha por Mafra, por consequência fazendo a ligação do oeste com o leste, não teremos a oportunidade de ter o sistema ferroviário integrado em Santa Catarina.

Precisamos então fazer uma moção pedindo à nossa bancada catarinense suprapartidária para que faça um apelo ao ministro e ao diretor da Valec, para que esse traçado se mantenha original, fazendo a integração com Santa Catarina e dando viabilidade a esse projeto relevante para a diminuição do custo Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de me somar ao pronunciamento do deputado Silvio Dreveck e também acrescentar que esse traçado que estão tentando viabilizar no Paraná é totalmente novo, pois não tem nada ali, e terão que começar do zero. E há um desvio literal dos interesses catarinenses, porque pelo novo traçado a ideia é

levar os trilhos até o porto de Paranaguá, em prejuízo dos portos de Santa Catarina. Essa é que é a verdade. Então, precisamos manter o traçado original, e para isso é necessária a união de forças políticas, empresariais, de Santa Catarina, para que não aconteça o que o Rio Grande do Sul está reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Concedo-lhe mais dez segundos para v.exa. concluir.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Na verdade, dez segundos não são suficientes para concluir a minha linha de raciocínio, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. fez uso do tempo regimental destinado aos apartes.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente. Quero registrar a presença da prefeita Ivone Mazutti de Geroni, de Calmon, do Téio, ex-prefeito de Matos Costa, e de João Batista De Geroni, ex-prefeito de Calmon, além dos vereadores do município de Penha, o Claudinei Ruditte Pressi, o Clóvis Bergamaschi e o Isac Hamilton da Costa, que estão em visita à Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero reforçar aqui o que o deputado Antonio Aguiar colocou.

Nós propusemos, e vamos realizar na sexta-feira, às 16h, na Acij, Joinville, uma audiência pública para tratar desse assunto que o deputado Silvio Dreveck expôs e que diz respeito à ferrovia ligando o planalto a São Francisco do Sul.

Na oportunidade quero solicitar aos deputados Nilson Gonçalves, Silvio Dreveck e Sandro Silva que coassinem a proposição dessa audiência pública, porque são deputados da nossa região e, com certeza, estão engajados também nesse pleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, sr. presidente! Quero aqui cumprimentar todos os parlamentares, todos os senhores, todas as senhoras, aqueles que nos acompanham nas galerias, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital.

Primeiramente, sr. presidente, agradeço a todos os parlamentares pela oportunidade de ter representado esta Casa entre os dias 19 a 23 de maio, num congresso na ONU, na Suíça, onde tivemos a oportunidade de participar da 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos em Desastres Naturais.

Também tive a oportunidade de como presidente da comissão de Defesa Civil participar desse congresso, com uma comitiva brasileira, quando estavam presentes três catarinenses, um deles era o senador Casildo Maldaner, onde foram discutidos vários assuntos e a preocupação sobre a questão do futuro na redução de riscos em desastres naturais.

A preocupação que se tem com a capacidade de cada comunidade se recuperar no momento de dificuldade foi a grande tônica. E a palavra mais utilizada naquele congresso, sr. presidente, foi resiliência.

A palavra resiliência vem, na verdade, da Física, e para a Física ela representa a propriedade que alguns corpos possuem de retomar a forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica.

Submetidos isso em miúdos, ou seja, traduzindo isso para o nosso Português, deputado Manoel Mota, traduzindo essa palavra para a questão da Defesa Civil, não é nada mais nada menos do que a

capacidade que cada comunidade, que cada localidade possui de se recuperar de um desastre natural, que cada comunidade tem de se prevenir para o pior. Isso é resiliência na questão da Defesa Civil. Isso é o que mais foi debatido nesse congresso: a capacidade de nossas comunidades, de cada comunidade do interior se recuperar.

Lá tive a oportunidade, sr. presidente, srs. parlamentares, de observar algumas questões pontuais. Cerca de 64% da população mundial foi afetada por desastres naturais, durante os últimos 20 anos. Os desastres naturais acontecem em cerca de 90% nas comunidades em desenvolvimento, ou seja, os locais que mais têm problemas na defesa civil são os locais em desenvolvimento, não são as comunidades desenvolvidas. Por isso é importante se investir cada vez mais na questão da prevenção, em ações onde você vai acabar gastando recurso, ou melhor, investindo recurso na prevenção, porque a cada real que você aplica em prevenção você economiza cerca de R\$ 7,0 a R\$ 8,00 na recuperação. Então, esse aspecto foi tratado no congresso, ou seja, foi muito falado sobre esse assunto.

Tivemos lá a presença do coronel Umberto Viana, secretário nacional de Defesa Civil, que representou e que chefiou a delegação brasileira, mostrando o plano nacional que existe, um plano elaborado pelo governo federal, que tem a participação dos estados. E também foi citado o exemplo de Santa Catarina, onde o governador Raimundo Colombo, justamente no trabalho da prevenção, teve a iniciativa que foi aprovada por esta Casa de criar uma secretaria específica para tratar de defesa civil.

Lá tivemos a oportunidade de ver exemplos além do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, e também poder tocar no assunto de Santa Catarina, mostrando a importância da criação da secretaria da Defesa Civil e a importância não somente de uma estrutura. Porque criar uma secretaria somente por criar, sem fazer algo concreto para a comunidade, não muda nada a vida das pessoas. Não resolve absolutamente nada. Agora, quando você tem uma

secretaria de defesa civil e você tem, no caso pontual de Santa Catarina, ações para resolver o problema na questão da seca no oeste, ações para resolver a questão das cheias no vale do Itajaí, como é a questão do plano de mitigação de cheias que foi apresentado pelo governador Raimundo Colombo à presidente Dilma Rousseff, você tem ação concreta de prevenção.

Hoje, temos ações concretas em parceria do governo federal com o governo do estado, através da secretaria da Defesa Civil, fazendo ações como, por exemplo, o alteamento da barragem de Ituporanga, o alteamento da barragem de Taió, a construção de pequenas barragens, como vai ser o caso no município de Botuverá e no alto vale.

Então, esse congresso, essa plataforma global de prevenção, de discussão da questão dos riscos em desastres naturais no mundo todo, dá para observar a importância da resiliência, ou seja, da capacidade de recuperação de cada comunidade. E tive a convicção de que Santa Catarina e o Brasil estão no caminho certo. Agora, é claro, não basta apenas estar no caminho certo, você tem que investir cada vez mais nesse aspecto.

Nós tivemos a oportunidade de ver a importância e o quanto, realmente, o governo federal e Santa Catarina estão investindo e fazendo correto.

Espero que o secretário da Defesa Civil possa continuar trabalhando nesse sentido. O governador Raimundo Colombo vai continuar com o nosso apoio. E na comissão da Defesa Civil, os srs. parlamentares que fazem parte dessa comissão, vão continuar trabalhando para que possamos realmente ter essa questão da prevenção acima de tudo.

Senhor presidente, gostaria também de registrar e agradecer a participação, ontem, e a visita do governador Raimundo Colombo ao vale do Itajaí.

Todos falam em segurança pública. E temos o nosso estado com o maior pacote de investimentos na área de segurança pública na história de Santa Catarina, através do Pacto por Santa Catarina. E ontem o governador Raimundo Colombo, no vale do

Itajaí, fez demonstração concreta a respeito desse assunto. Ele esteve entregando em Blumenau três viaturas e visitando os municípios de Benedito Novo, Timbó, Rio do Cedro, liberando recursos para a construção de um batalhão do Corpo de Bombeiros, em cada um desses municípios. Somente nesses três municípios são cerca de R\$ 1,6 milhão de investimentos. Somente as viaturas de Blumenau são aproximadamente R\$ 1 milhão de investimento.

Deputado, o governador foi lá também para anunciar recursos como, por exemplo, autorizar a realização de um convênio para o hospital Santa Isabel, em Blumenau, no valor de R\$ 2,7 milhões, para concluir os 20 leitos de UTI naquela unidade hospitalar. Compraram os equipamentos para que os 20 leitos de UTI possam funcionar em Blumenau, atendendo a todo o estado.

O governador esteve também em Rio dos Cedros e não apenas anunciou o Batalhão do Corpo de Bombeiros, mas também garantiu recursos de R\$ 1,3 milhão e mais R\$ 200 mil, totalizando R\$ 1,5 milhão, para infraestrutura e pavimentação naquele município, tudo através de uma ação conjunta.

E tenho certeza de que esta Casa demonstra, através do Fundo de Apoio aos Municípios e também da participação efetiva tanto da presidente Dilma Rousseff como do governador Raimundo Colombo, srs. parlamentares, que não é briga política e partidária que constrói um posto de saúde, uma escola ou que faz a pavimentação da rua. É através da união do trabalho em conjunto dos governantes que vamos construir cada vez mais um estado melhor.

Se Santa Catarina é um estado tão bom no Brasil é pelo exemplo de dedicação que todos nós temos neste estado, pela união e o trabalho em conjunto. É através disso que o nosso estado vai continuar crescendo, e graças ao trabalho do governador Raimundo Colombo que mostra acima de tudo que está sendo um grande governador e que vai deixar muita história neste estado com o Pacto por Santa Catarina, fazendo o maior investimento na vida dos catarinenses que este estado já viu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário do PSD, com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje a sessão vai ser especial, porque temos aqui a presença das colônias de pescadores do estado de Santa Catarina, que vieram apresentar um pleito com muitas reivindicações ao Parlamento catarinense. E nós, sr. presidente, com certeza, como sempre fizemos, vamos encaminhar esses pleitos ao governo do estado e fundamentalmente ao ministério da Pesca e da Aquicultura, em Brasília.

Os pescadores são importantes para o estado em termos sociais, econômicos, culturais e turísticos. São 40 mil pescadores artesanais em Santa Catarina que trabalham com dificuldade. Eles vão todos os dias, de madrugada, mar adentro. Trabalham em área insalubre e perigosa, sendo que muitas vezes não sabem se voltarão com vida, mas com muita dignidade criam suas famílias e ajudam a nossa comunidade.

Portanto, esses pleitos que vocês estão apresentando aqui, que diz respeito à manutenção da aposentadoria dos pescadores, da liberação das carteiras com celeridade pelo ministério da Pesca e Aquicultura, à criação de um fundo pelo governo do estado para apoiar os pescadores em caso de catástrofes em Santa Catarina, à portaria que limitou a pesca somente de uma espécie e tantos outros pleitos que vocês apresentaram na reunião que fizemos, deputado Manoel Mota, há pouco, no plenarinho, serão analisados pela comissão da Pesca e Aquicultura. E o deputado Dirceu Dresch se comprometeu em fazer um agendamento com o ministro da Pesca e Aquicultura, em Brasília, para que nós possamos ir até lá tratar dos interesses dos pescadores de Santa Catarina.

E como disse o Ivo, grande líder, vocês andaram milhares de quilômetros para estarem aqui não para pedir esmolas ao Parlamento, mas, sim, para pedir aos deputados, a nós, que querem trabalhar, contribuir, praticar suas atividades

com dignidade e muita honestidade, como sempre fizeram.

Portanto, a vocês o nosso respeito, carinho e apoio nas reivindicações que foram aprovadas.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar o Ivo, que é da federação, o gerente de pesca da secretaria da Agricultura e da Pesca, do estado de Santa Catarina.

Os pescadores que deixaram a pesca da tainha, que têm apenas 60 dias, deixaram de estar lá, produzindo, para vir pedir apoio a este Parlamento.

Quero dar boas-vindas aos pescadores e dizer que conte conosco. Vocês sabem que conhecemos o seu sofrimento. Aqui está o deputado Edison Andrino que faz parte disso e tem no seu coração o pescador.

Sejam bem-vindos. Contem conosco, pois estaremos juntos para poder cumprir os pleitos de vocês. Vamos fazer vocês serem respeitados. Vocês merecem respeito e trabalham para isso.

Por isso deixo um abraço e sejam bem-vindos neste Parlamento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não vou me alongar. Apenas quero me solidarizar com tudo o que foi dito, com as reivindicações dos srs. pescadores. E quero dizer que não faço parte da comissão da Pesca, mas estou solidário e à disposição para o que for

necessário. Inclusive, se fizer necessária a minha presença nessa comitiva a Brasília, estarei à disposição, até porque conheço bastante e bem o trabalho de cada um dos senhores nesse segmento.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, v.exa. que já dirigiu a nossa comissão da Pesca aqui esta Casa sabe da importância deste trabalho.

Quero aqui rapidamente cumprimentar todos os pescadores da federação, através do Ivo e do Marcate que é o gerente da pesca em Santa Catarina. Quero dizer que eu como deputado federal briguei muito para criar um ministério da Pesca. Antes quem cuidava da pesca era o Ibama. Só que nós criamos o ministério da Pesca, mas o Ibama continua interferindo diretamente naquilo que é competência do ministério da Pesca.

Foi uma luta, sr. presidente. Foi uma luta muito grande para tirar esses poderes do Ibama que não queria.

O Ibama tem um papel fundamental na pesca. Mas a pesca como a agricultura é um setor de fomento. Não pode ter interferência direta como tem o Ibama na pesca. Chega de portarias na véspera da pesca. Começa a safra daqui a quatro dias, e o Ibama baixa uma portaria sem mais nem menos. Aí é uma luta danada para rever essas portarias.

Então, o ministério da Pesca foi importante, foi. Infelizmente, não fomos felizes na escolha do ministro da Pesca. Lamentavelmente não fomos.

Então, vou solicitar a v.exa. e ao presidente da comissão que quem sabe possamos fazer aqui uma audiência pública envolvendo o Ibama. As lagoas do Rio Grande do Sul matam as tainhas dentro da lagoa. Precisamos discutir com profundidade a questão da pesca em Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também quero registrar que esta Casa colocou nas minhas mãos um grande compromisso de presidir essa importante comissão que trata desse tema tão importante que é a aquicultura, a pesca, a maricultura em nosso estado.

Assumimos aqui um grande compromisso há pouco. Recebemos os documentos e vamos estar juntos com os pescadores nesta caminhada. Estou indo para Brasília amanhã e vamos aproveitar para levar essa pauta ao governo federal.

Então, quero cumprimentar todos os presidentes de colônias, o presidente da Federação e todos os pescadores que deixaram o seu trabalho no dia de hoje e vieram aqui reivindicar. Podem contar com o nosso apoio.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Bem, gostaria de saudar todos os participantes da nossa sessão e dizer que vamos votar a nossa Ordem do Dia rapidamente, para na sequência, ouvirmos a representação dos pescadores, ao tempo que agradeço o nosso deputado Padre Pedro Baldissera pela condução dos trabalhos até aqui.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação pela admissibilidade da PEC n. 0002/2013, de origem governamental, que revoga o § 2º do art. 115 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação pela admissibilidade da PEC n. 0011/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta e outros, que altera o § 2º do art. 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

(Defesa Civil)

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0541/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0306/2013 e 0307/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0308/2013, 0309/2013, 0329/2013, 0330/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0310/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0311/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0312/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0313/2013 e 0314/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0315/2013 e 0316/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0317/2013, de autoria do deputado

Jailson Lima; 0318/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0319/2013, de autoria do deputado Dado Chereim; 0320/2013 e 0321/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0322/2013 e 0323/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0324/2013, 0325/2013 e 0326/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, 0327/2013 e 0328/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0565/2013 e 0575/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0566/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0567/2013 e 0578/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0568/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0569/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0570/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0571/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0572/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0573/2013 e 0574/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0576/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0577/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0579/2013, de autoria do deputado Dado Chereim; 0580/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0581/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0582/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Moção n. 0042/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser encaminhada à presidenta da República e às ministras da Casa Civil e de Relações Institucionais da Presidência da República, solicitando o envio de medida provisória ao Congresso Nacional, nos termos do Processo n. 05100.000085/2013-44, em tramitação no Departamento de Planejamento das Estruturas e da Força de Trabalho da Secretaria de Gestão Pública, do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual visa 'o fortalecimento dos órgãos setoriais e seccionais de contabilidade e de custos do Poder Executivo Federal e dá outras providências'.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0053/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o funcionamento, os recursos e as atividades do escritório do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, no município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0054/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o funcionamento, os recursos e as atividades do escritório do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a sessão será suspensa para atendermos a dois requerimentos subscritos por todos os líderes. Cada um dos requerimentos será atendido pelo tempo de até dez minutos.

Srs. deputados, estão aqui conosco a rainha e as princesas da Festa do Vinho Goethe, juntamente com o prefeito municipal de Pedras Grandes. Consulto os líderes se podemos, inicialmente,

atendê-los - e eles precisam retornar ao município de Pedras Grandes - para que apenas façam o convite para a Festa do Vinho Goethe. E na sequência atenderemos aos dois requerimentos.

(As lideranças aquiescem.)

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço uso da tribuna, na tarde desta terça-feira, primeiramente para dizer à professora, ao prefeito que aqui fizeram uma exposição de Capinzal, da família Mater Dolorum, de que quem faz a pasta é o titular.

Está comprovado que se faz uma educação diferenciada e que é possível, quando realmente se tem pessoas com um bom propósito, imbuídas, cercadas de um sentimento e a certeza de fazer um educação de qualidade.

Por isso, parabéns pelo trabalho.

Prefeito Tonho, v.exa. esteve aqui convidando toda a população catarinense para participar da 8ª Festa do Vinho Goethe, em Pedras Grandes. E hoje está aqui com uma exposição do seletto vinho catarinense, com os mais variados tipos de uvas.

A qualificação, o aperfeiçoamento, o acompanhamento, a pesquisa e o desenvolvimento proporcionam uma uva de qualidade e um vinho de excelência. E esse vinho está aqui para ser apreciado, degustado, e hoje serve como modelo, a exemplo de outros estados, outros países como o Chile, a própria Argentina, a França, a Itália, não diferente daqui, do solo catarinense, com a peculiaridade de cada região. E com certeza e sem sombra de dúvidas é uma das atividades que agrega valor, condição de renda, oportunidade de emprego e fixação do homem no campo. E é preciso que o poder público, como motivador e incentivador,

esteja sempre à frente dessa classe produtora e essencial para a economia de Santa Catarina.

Sr. presidente, tive a oportunidade de apresentar um projeto que protocolei nesta Casa, que é o Projeto de Lei n.0185/2013, que dispõe sobre: (Passa a ler.)

“Projeto de Lei n. 0185/2013

Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamento de *shopping centers*, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica assegurada a reserva para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas por crianças de colo com até dois anos, de vagas preferenciais nos estacionamentos mantidos por *shopping centers*, centros comerciais e hipermercados no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. As vagas que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

Art. 2º. A infração ao disposto nesta lei acarretará aos estabelecimentos multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), enquanto perdurar a infração.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o 'caput' deste artigo será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões

Deputado Valmir Comin

Líder da Bancada do PP" [sic]

(Continua lendo.)

"Justificativa - O crescimento das cidades faz com que cresçam também os já preocupantes problemas de mobilidade e de acessibilidade, tanto para o trânsito de veículos quanto o de pessoas. Para muitos cidadãos, providências até a pouco relativamente simples - como o estacionamento de veículos - tornaram-se tarefas penosas, exigindo soluções rápidas e efetivas. Nesse aspecto, além da preocupação com o estacionamento dos veículos em si, é necessário que as atenções sejam focadas no próprio cidadão (ou cidadã), razão primeira e última de todos os encaminhamentos para melhorar as condições de vida na cidade.

É nesse particular que estamos propondo uma deferência especial para as gestantes como portadoras de uma nova vida, elas precisam de todo o cuidado e o respeito possíveis, inclusive nas providências mais comuns como é a questão do estacionamento.

As gestantes precisam ter garantido o seu direito de acessar os estabelecimentos comerciais, como os *shoppings* e supermercados, sem ter que passar pela dificuldade, ou mesmo, constrangimento, de ficar procurando uma vaga.

A disponibilização de 2% das vagas do total. No mínimo, uma vaga para as gestantes é uma reivindicação justa e atende, antes de tudo, o princípio básico do respeito à pessoa e à vida."

Entendo ser um projeto de extrema necessidade para promover justiça às gestantes que necessitem de um espaço, como é o caso dos deficientes físicos, dos idosos que, muitas vezes, encontram dificuldades de acessibilidade a esses estabelecimentos.

Gostaria de retratar aqui, sr. presidente, a vinda, hoje pela manhã, do secretário Nelson Serpa na reunião de líderes nesta Casa, trazendo a boa nova, a notícia que devemos apreciar sobre o Fundo de Amparo aos Municípios, com o montante de mais R\$ 500 milhões a fundo perdido, deputado Maurício

Eskudlark, deputado José Milton Scheffer, que vêm com certeza arrefecer as administrações dando um impulso considerável na receita e nos investimentos. E através de um parâmetro e de um critério, os municípios serão providos de um valor de R\$ 700 mil a R\$ 3 milhões a fundo perdido, ou seja, o município até cinco mil habitantes recebe R\$ 700 mil e o município com mais 100 mil habitantes recebe R\$ 3 milhões, numa crescente escalonada.

Penso e acredito que esse é um acontecimento jamais visto na história de Santa Catarina, um investimento de mais de R\$ 9 bilhões em parceria com o governo federal e com o governo do estado interagindo com 295 municípios do estado de Santa Catarina beneficiados, mostrando que este governo trabalha sem distinção. Inclusive, os partidos de Oposição, os prefeitos que fazem parte da Oposição, também vão ser beneficiados, ou seja, os 295 municípios do estado de Santa Catarina, não valendo para manutenção e custeio e sim para investimento.

Por isso, vejo com muita expectativa esse grande momento. É claro que não é dinheiro de graça para o estado. O contribuinte catarinense vai pagar, vai ter que devolver isso aos cofres da união. Mas nós precisamos, da melhor forma possível, poder aplicar, potencializar, efetivamente, esse recurso, para que possamos transformar esses R\$ 9 ou 10 bilhões talvez em R\$ 100 ou 200 bilhões, traduzindo isso em ações concretas que proporcionem o desencadeamento e o fortalecimento cada vez mais da economia, da qualidade de vida do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero registrar com satisfação a nossa visita, pela manhã, ao desembargador Claudio Dutra, presidente do

Tribunal de Justiça, onde tivemos a oportunidade de debater questões ligadas ao nosso relatório álcool e volante de Santa Catarina, em especial a questão da parceria que o TJ pactuou conosco, enviando dados referentes às condenações de motoristas alcoolizados. E também avançamos no que diz respeito à extensão da isenção prevista na Lei Complementar n. 586, dos atos notoriais e de registro para entidades filantrópicas para o estado.

A nossa gratidão em público ao desembargador Claudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça, por nos receber em audiência, nesta manhã.

Sr. presidente, srs. deputados, tivemos a satisfação de receber, ontem, no vale do Itajaí, a presença do sr. governador Raimundo Colombo. E quero registrar a nossa gratidão pelos investimentos, ontem, anunciados: R\$ 1 milhão para o batalhão de bombeiros daquele município, Blumenau, e a aquisição de três viaturas. Também à noite, numa belíssima palestra, tivemos encontro com comerciantes, empresários, da cidade de Indaial, prefeitos da região, e obtivemos convênio para a ponte, solicitada por aquele município. Ainda na parte da tarde, tivemos o contrato, o acordo conveniado com o Hospital Santa Isabel, para a conclusão da UTI do hospital em Blumenau, enfim, recursos desejados pela comunidade do vale do Itajaí que chegaram em boa hora.

Também quero registrar o nosso entusiasmo com o ato ocorrido nesta tarde, nesta Casa: o convênio firmado entre a Escola do Legislativo do Parlamento Catarinense e a Polícia Militar de Santa Catarina, fortalecendo esse programa fantástico que temos aplaudido, desta tribuna.

Mais de um milhão de catarinenses já passaram pelos programas do Proerd. E isso significa que em cada seis catarinenses pelo menos um já teve a oportunidade de passar por um dos cursos promovidos pelo Proerd, através da nossa Polícia Militar. E queremos aplaudir a Escola do Legislativo, através do deputado Gelson Merisio e do presidente desta Casa, deputado Joares

Ponticelli, em firmar esse convênio com a Polícia Militar, fortalecendo o projeto desse programa de prevenção às drogas em Santa Catarina.

Também, não poderia deixar de fazer mais uma vez o meu protesto. Infelizmente, neste final semana, ocorreram em algumas cidades, inclusive em Santa Catarina, a tal da marcha da maconha, que chamaria a marcha da imprudência, em especial quando pensamos nas próximas gerações. E faço questão de parafrasear aqui as palavras do articulista Paulo Alceu no jornal *A Notícia*, de hoje, que diz:

(Passa a ler.)

"O direito de se manifestar sustenta um estado democrático. Mas há limites e deveria haver bom senso. A Marcha pela Maconha não deixa de ser um grito de liberdade ao traficante, ao viciado e à criminalidade. A droga atrai todo tipo de desvios e alimenta a violência. É só buscar nos dados estatísticos e constatar que a maioria dos homicídios está ligada diretamente ao narcotráfico. O envolvimento de menores no crime tem o respaldo do tráfico, e a maconha está incluída. Não venham me dizer que não se enquadra nessa designação. É proibida, lesiva e provoca dependência, além de atrair mazelas do submundo, produzindo as mais variadas consequências que não são nem de longe para o bem."

Parabéns ao articulista Paulo Alceu pela coragem em escrever na sua coluna esse artigo. De fato, àqueles que querem a marcha da maconha pergunto: a quem interessa descriminalizá-la? Nós que trabalhamos há mais de 20 anos, deputado Maurício Eskudlark, que vem da área da Polícia Civil e sabe muito bem de que com certeza a maconha continua sendo a porta de entrada para as drogas pesadas. Basta irmos a qualquer unidade terapêutica e perguntar a qualquer interno de como ele começou a sua vida no mundo do vício da droga, hoje com o *crack*, a cocaína, o LSD. E a cada dez, oito responderão que começou pela maconha.

Legalizar a maconha no Brasil é, sem dúvida, é multiplicar as cracolândias, é fundamentar o narcotráfico. E concluo, sr. presidente, com a

frase dita recentemente na revista *Isto É*, por João Goulão, no que diz respeito ao combate e prevenção às drogas. Ele é considerado um dos melhores especialistas em droga no mundo e disse que a maconha não é mais uma droga leve. E isso foi manchete da referida revista.

João Goulão, presidente do Conselho de Administração da Agência Europeia de Informação sobre a Droga (OEDT), considera que a maconha está quimicamente mais potente e afirma que o Brasil não está preparado para a descriminalização e que a maconha não é uma droga leve, pois, hoje, tem uma concentração do seu princípio psicoativo, o DHC, muito maior do que há dez anos. Aliás, nenhuma droga pode ser considerada droga leve.

Por isso, mais uma vez o nosso repúdio e protesto. Não vejo nada de animador, democrático, nada que possa trazer bem para a sociedade brasileira a tal da marcha da maconha.

Eu sou adepto, sim, pela marcha da vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PERSIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Saúdo o presidente, deputado Pedro Baldissera.

O assunto abordado pelo deputado Ismael dos Santos me preocupa muito. Estou com mais de 30 anos de carreira na Polícia Civil. E acompanhamos os problemas de família, os problemas dos usuários de drogas, o aumento da criminalidade. E se olharmos os homicídios, os acidentes de trânsito, a grande maioria está relacionada à questão das drogas.

Li nesta semana uma extensa reportagem a respeito da descriminalização da maconha. Temos que buscar alternativas. Sempre fui frontalmente contrário a qualquer tipo de tolerância com as drogas. Nós enfrentamos muitos problemas no país, em Santa Catarina, com essa guerra diária contra as drogas, principalmente relacionada à violência que é gerada por essa questão.

Temos que encontrar uma solução. O mundo trabalha na busca dessa solução. E temos que investir. Os governos têm que investir nessa questão, encontrar saídas, procurar exemplos, e encontrar soluções.

Eu estava acompanhando na última semana umas reportagens do Rio Grande do Sul também na guerra diária nas estradas. E esse é um assunto que chama atenção.

Amanhã, vamos ter reunião da comissão de Segurança Pública, e esse será um dos assuntos. Até fizemos um projeto para junto com a comissão de Segurança Pública, a Escola do Legislativo, a nossa Assembleia Legislativa, o nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, fazermos um trabalho com os centros de formação de condutores, as nossas antigas autoescolas, para que possamos em todo o estado de Santa Catarina, com os instrutores das autoescolas, fazer cursos, orientar os nossos jovens na questão do trânsito.

No mundo, 1,3 milhão de pessoas morrem por ano no trânsito. Até 50 milhões de pessoas ficam feridas, por ano, no trânsito. E o custo desses acidentes foram estimados entre 1% a 2% do produto interno bruto dos países. Quer dizer, de toda produção, de toda riqueza, quase ou até 2% gastamos com os nossos feridos e com os nossos mortos na guerra do trânsito.

Nos países em desenvolvimento as lesões provocadas pelos acidentes representam de 30% a 86% das hospitalizações. Hoje, os nossos hospitais têm que dar prioridade aos feridos em acidente de trânsito. É um custo muito grande financeiro, de danos que são causados às pessoas. E os países de média e baixa renda possuem as maiores taxas de mortalidade no trânsito.

O Brasil está em 5º lugar entre os países com o maior número de mortes no trânsito, ficando atrás da Índia, China, Estados Unidos e Rússia.

O problema do trânsito é muito grave em nível de mundo, mas principalmente em nível de Brasil. Várias medidas foram adotadas no estado de Santa Catarina. E todos nós reclamamos quando há a instalação de radares, de redutores de velocidade,

mas as autoridades de trânsito procuram buscar uma solução.

Já há uma precariedade das nossas rodovias. Há um excesso de trânsito em rodovias que já não comportam a demanda. Temos também o exemplo da BR-470, que é uma das rodovias mais perigosas do nosso estado.

Fala-se muito das ferrovias, e torço para que saiam logo, mas esse é um projeto para daqui a 20 anos. Quantas mortes ainda ocorrerão no vale do Itajaí com a BR-470? Às vezes até fico pensando se essa estória de ferrovia não é para desviar a atenção do cidadão para as tantas promessas que nunca se concretizam?

Então, a guerra do trânsito é causada pela precariedade das rodovias, pela imprudência dos nossos motoristas, que sempre estão com pressa e estressados, e também pelo álcool. Sabemos que 40% dos acidentes de trânsito ocorrem no final de semana, na madrugada.

Precisamos de estudos e, juntamente com a comissão de Segurança Pública desta Casa, fazer um trabalho em nível de estado com os CFCs, nas escolas, para que, não havendo ainda as condições necessárias nas estradas, tenhamos a conscientização do nosso motorista.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede a um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark, gostaria apenas de reforçar o nosso relatório Álcool e Volante dizendo que em Santa Catarina mais de 10 mil motoristas são flagrados no ano passado dirigindo sob o efeito de álcool, o que de fato é uma preocupação que desafia a todos.

Mas apenas para complementar a sua preocupação em relação à BR-470, e também como a BR-282 e com a BR-280, mas pela BR-470 passam mais de 25 mil veículos diariamente, sendo que ela foi planejada para apenas 10 mil, recebemos a boa notícia, e esperamos que seja autêntica, legítima e verdadeira, de que a presidente Dilma Rousseff está vindo no próximo mês de julho a Blumenau

para, de fato, autorizar o início das obras do primeiro trecho Blumenau/Indaial, a duplicação da BR-470. Que assim seja e que os anjos digam amém!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Ismael dos Santos, essa é a torcida de todos. Isso é importante e torcemos para que os anjos iluminem a cabeça dos nossos administradores e seja realmente executada essa importante obra.

Falando na vinda da presidente Dilma Rousseff para Santa Catarina para autorizar obras na BR-470, também gostaria de dizer que após uma longa espera para a construção do nosso centro de eventos, recebemos a notícia, dada pelo governador Raimundo Colombo, que está em Brasília, juntamente com o secretário de Cultura, Esporte e Turismo, de que a presidente está liberando R\$ 50 milhões para a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Hoje, quando passamos por ali no antigo Centro de Eventos, no parque da Santur, constatamos que é deprimente aquela situação. Balneário Camboriú precisa de um centro de eventos, porque é um dos maiores municípios brasileiros, com capacidade hoteleira, com infraestrutura de restaurantes, com belezas naturais, com a sua praia, que são propícios para a realização de grandes eventos.

Então, recebemos essa boa notícia e o governo do estado deve participar com o valor de R\$ 15 milhões. O prefeito Edson Renato Dias, que foi convidado pelo governador para estar em Brasília na comunicação oficial da presidente Dilma Rousseff sobre essa liberação de verbas para o município de Balneário Camboriú.

Então, é muito importante esse investimento para o nosso município, a nossa região e o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por cinco minutos.

Desde já eu agradeço por v.exa. ter aberto mão de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, queremos, no dia de hoje, fazer um destaque especial à micro e pequena empresa de Brusque.

Aliás, cito aqui a diretoria da Ampe - Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque -, encabeçada pelo presidente Luiz Carlos Rosin; a vice-presidente Aparecida Leite; o secretário Mauro Schoening; a segunda-secretária Vicentina Genghini; e a diretora de Pronta Entrega Sandra Neli Werner. E em nome deles quero saudar todos os demais membros da nova diretoria e cumprimentar todos os membros que estiveram na gestão até agora e agora estão permutando com a atual diretoria.

Mas, em nome dessa diretoria executiva da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque, quero saudar a micro e pequena empresa de Santa Catarina. E apesar do nome micro, passamos até trabalho. Mas se não fosse o microchip e tantas coisas micro que são importantes, certamente passaríamos mais dificuldade para falar em microempresa.

A micro e pequena empresa é composta por grandes e valorosos empresários. E, graças ao trabalho deles e ao entusiasmo desses empresários, nós podemos afirmar que 20% do Produto Interno Bruto do Brasil são geridos pela micro e pequena empresa, o que corresponde a 60% de todos os empregos. O que significa, em números, sr. presidente, apenas 56,4 milhões pessoas com carteira assinada nas micro e pequenas empresas. Portanto, apenas 40% do trabalho formal está nas grandes empresas. Vejam, então, a importância, pois 99% de todas as empresas são micro e pequenas empresas, que correspondem a 5,7 milhões empresas.

Então, esses são alguns números, e com eles quero homenagear, sr. presidente, os micro e pequenos empresários de Brusque, especificamente, que são em maior número do setor têxtil. E graças ao entusiasmo, a fé e ao fato de eles acreditarem que era possível, estão vencendo vários

obstáculos. E entre esses obstáculos cito apenas dois. O primeiro é que o setor têxtil do Brasil sempre foi avaliado como moribundo entre todas as análises por todos os consultores. O setor têxtil estava fadado a sucumbir em pouco tempo frente à grande concorrência a que iriam ser submetidos, especificamente pelos países asiáticos que produzem os seus produtos por valores muito menores, dado a outros fatores, especialmente questões trabalhistas em que os salários e os direitos sociais são muitos pequenos. E isso repercute, naturalmente, no pequeno valor dos produtos que eles produzem. E naturalmente que isso está ainda produzindo uma grande concorrência com os nossos produtores. Mas graças à criatividade conseguimos agregar metas vivas e fortes.

Obrigado, sr. presidente

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.